



- [1ª PÁGINA](#)
- [BOLSA](#)
- [MERCADOS](#)
- [ECONOMIA](#)
- [DINHEIRO PESSOAL](#)
- [NEGÓCIOS](#)
- [TROIKA](#)
- [EMPREGO](#)
- [SIMULADORES](#)
- [VÍDEOS](#)
- [FOTOS](#)

[Economia](#)

Portugueses confiam mais nos bancos que nos órgãos de soberania

Inquérito foi realizado online e está integrado no projeto Behave

Por: [tvi24](#) / DC | 2014-01-16 16:15

Os portugueses confiam mais nas instituições financeiras do que nos órgãos de soberania e recorrem ao aconselhamento de funcionários dos bancos para decidir sobre crédito, poupança ou investimento, revelou esta quinta-feira a investigadora responsável por um estudo nesta área.

Um inquérito realizado online e integrado no projeto Behave concluiu que a confiança depositada «nas instituições financeiras é superior à confiança nos órgãos de soberania nacionais» e que «o nível de confiança nos funcionários bancários é maior do que a confiança depositada nas instituições financeiras», avançou à Lusa Ana Cordeiro dos Santos.

A investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra coordena o grupo interdisciplinar do projeto Behave, que analisa a tomada de decisão de crédito ao consumo e os fatores que a influenciam.

«Há uma certa aversão à tomada de decisões financeiras, quer seja de crédito, poupança ou investimento e uma boa parte da população portuguesa recorre ao conselho dos funcionários bancários e outras instituições financeiras», salientou Ana Cordeiro dos Santos.

Aliás, na comparação com estudos internacionais semelhantes, Portugal destaca-se de outros países neste aspeto.

Além da ajuda dos bancários, os portugueses procuram também o aconselhamento de familiares e amigos nas decisões financeiras, acrescentou a investigadora.

A coordenadora do Behave alerta para o possível «conflito de interesses», pois o funcionário bancário tem incentivos para a contratação de crédito e de produtos financeiros que «não estão necessariamente alinhados com os interesses do cliente».

Questionada acerca das mudanças nas opções de crédito nos últimos anos, Ana Cordeiro dos Santos defendeu que, até ao início da crise, «as decisões estavam fundamentadas no conhecimento da altura,

com assunção de estabilidade do emprego e dos rendimentos».

Assim, à luz do conhecimento de que dispunham e das normas sociais vigentes, suportadas pelo papel do Estado, as decisões dos portugueses nesta área eram «relativamente justificadas».

Nas apreciações quanto à responsabilidade dos consumidores no crédito e nas situações de incumprimento, «não podemos esquecer a responsabilidade das instituições financeiras que têm conhecimento muito superior» sobre o assunto, e mesmo do Estado, salientou.

Até à crise, recordou, «todos os agentes contribuíram para a ideia de que o crédito era algo normal e corrente, associado às decisões de consumo promovido por agentes privados e pelas políticas públicas», e as políticas de promoção do crédito tornaram as famílias mais vulneráveis. Antes dos problemas financeiros, o nível de incumprimento do crédito e os pedidos de insolvência das famílias portuguesas eram «bastante reduzidos».

Atualmente, a crise está a alterar opções de consumo e as perceções dos consumidores relativamente à utilização do crédito.

Alguns trabalhos a decorrer no âmbito do projeto vão ser analisados na conferência internacional Behave «Famílias em Crise Financeira: crédito e política dos consumidores», que se realiza na sexta-feira em Lisboa.

COMENTÁRIOS

Ainda não existem comentários a esta notícia.

Seja o primeiro! Deixe o seu comentário no formulário.

FAÇA LOGIN PARA COMENTAR

EM BAIXO: Pessoas



